

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 27 de outubro de 2025 às 07h52
Seleção de Notícias

Economia & Negócios - Estadão | BR

Propriedade Intelectual

EUA abrem investigação sobre descumprimento pela China de acordo comercial firmado em 2020	3
<small>PEDRO LIMA AUTOR</small>	

UOL Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Puma processa marca brasileira por uso de símbolo de felino	4
--	----------

Consultor Jurídico | BR

Marco regulatório | INPI

Marca não deve usar o nome 'Monster' e seu elemento figurativo	5
---	----------

Propriedade Intelectual

Direito autoral não justifica contratação por inexigibilidade	6
--	----------

Sebrae Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

TCU quer ouvir empreendedores sobre o processo de registro de marcas no INPI	10
---	-----------

EUA abrem investigação sobre descumprimento pela China de acordo comercial firmado em 2020



O Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) anunciou nesta sexta-feira, 24, a abertura de uma nova investigação sobre o cumprimento, pela China, do chamado acordo da Fase Um - o pacto comercial assinado em janeiro de 2020 entre Washington e Pequim que previa mudanças estruturais nas políticas chinesas de **propriedade** intelectual, **transferência** de tecnologia, agricultura e serviços financeiros, além de metas de compra de produtos americanos.

Segundo o documento oficial, a apuração foi iniciada por determinação do presidente, Donald Trump, após o "aparente descumprimento pelo governo chinês" de compromissos firmados há quase cinco anos. O USTR quer determinar se a China violou ou deixou de cumprir obrigações do acordo, "negando benefícios" aos EUA.

Foto de novembro de 2017 mostra o presidente dos EUA, Donald Trump, conversando com o presidente chinês, Xi Jinping, em Pequim Foto: Andy Wong/AP

O USTR lembrou que o acordo de 2020 foi considerado "um passo decisivo em direção a uma relação comercial mais justa e recíproca com a China", mas afirmou que a falta de cumprimento "parece ter minado as condições de competição para empresas americanas".

Entre os pontos levantados, o documento destaca que Pequim se comprometeu a comprar mais de US\$ 535 bilhões em bens e serviços dos EUA nos anos de 2020 e 2021, mas, segundo dados oficiais, "as compras chinesas ficaram aquém em mais de US\$ 217 bilhões".

A investigação examinará o impacto econômico dessas falhas e poderá embasar novas medidas comerciais contra a China.

O órgão também anunciou um cronograma de consultas públicas. Os interessados poderão enviar comentários ou solicitar participação na audiência até o final do dia 1º de dezembro.

O Comitê da Seção 301 realizará a audiência em 16 de dezembro, de forma virtual ou em local a ser definido. Haverá ainda um prazo de sete dias após a sessão para o envio de manifestações adicionais.

Puma processa marca brasileira por uso de símbolo de felino

A Puma conseguiu vitória contra a confecção brasileira Kezo, que também utilizava um felino como símbolo em seus produtos. A Justiça manteve a obrigação da empresa de parar de fabricar, vender ou manter roupas com o logo semelhante e confirmou a indenização

A Puma conseguiu vitória contra a confecção brasileira Kezo, que também utilizava um felino como símbolo em seus produtos. A Justiça manteve a obrigação da empresa de parar de fabricar, vender ou manter roupas com o logo semelhante e confirmou a indenização de R\$ 5 mil por danos morais. Ambas as partes recorreram da decisão.

O que aconteceu

A Puma alega que o uso do felino pela Kezo, mesmo acompanhado do nome da marca, configura concorrência desleal, porque poderia confundir os consumidores e fazê-los associar os produtos à marca internacional. A empresa pede indenização mínima de R\$ 50 mil, além de eventuais danos materiais e multa diária de R\$ 20 mil caso a confecção descumpra a decisão judicial.

A Kezo se defende afirmando que sua marca mista,

combinação do nome "Kezo" com o felino, está registrada no **INPI** e que nunca usa o animal isoladamente. A confecção também argumenta que os nomes e os desenhos dos felinos são diferentes e pediu a redução da indenização e a revisão dos danos materiais.

Continua após a publicidade

A 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo deu parcial procedência ao pedido da Puma. A Kezo não pode fabricar, expor ou manter em estoque produtos que imitem o felino da Puma, mas pode continuar usando a marca registrada. A indenização por danos morais foi fixada em R\$ 5 mil, acrescida de juros e correção monetária, além do pagamento de honorários advocatícios e custas do processo.

Empresas recorrem

Tanto a Puma quanto a Kezo recorreram da decisão. A confecção brasileira questionou a competência da Justiça Estadual e alegou cerceamento de defesa, enquanto a Puma pede aumento da indenização e manutenção da multa diária, sob alegação de que a Kezo continuou usando o símbolo indevidamente.

Marca não deve usar o nome 'Monster' e seu elemento figurativo



Marca de artigos esportivos usava o nome Monster e seu logo tinha uma garra, como a do energético homônimo

na boca do povo Marca de alto renome não pode ser usada em segmento distinto do original

A marca considerada de alto renome pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** não deve ser usada por segmentos diferentes do registro original. Isso inclui seus símbolos e qualquer elemento figurativo que possa gerar associação.

Com esse entendimento, a 1ª Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao recurso da marca de energéticos Monster contra uma fabricante de artigos esportivos.

Conforme os autos, a marca esportiva usava o mesmo nome e o elemento figurativo de uma garra, assim como o que tem nas latas do energético. A Monster, então, ajuizou uma ação contra a fabricante pedindo para que ela se abstenha de usar o nome e a imagem.

A empresa americana também pediu que o site da fabricante esportiva seja retirado do ar e requereu indenização por danos materiais.

Em primeiro grau, o juiz rejeitou os pedidos. O ma-

abpi.empauta.com

gistrado citou que a marca esportiva também tinha registro no **INPI** e era de outro segmento, ou seja, não havia conduta abusiva.

A Monster apelou, argumentando que é uma marca de alto renome. A defesa citou o artigo 125 da Lei de **Propriedade Industrial**, que diz que a marca registrada no Brasil, e com grande reconhecimento do público em geral, tem proteção especial em todos os ramos de atividade, e não pode ser utilizada em outros segmentos.

No julgamento na Câmara, o relator do caso, desembargador Fortes Barbosa, concordou com os argumentos da empresa de energéticos. Segundo ele, marcas de alto renome têm prestígio e tradição, fatores construídos ao longo do tempo. Dessa forma, essas propriedades têm proteção especial, e não cabe o uso de qualquer referência por outras empresas, mesmo em outra área de consumo.

Barbosa votou por dar provimento à apelação da marca de energéticos e foi acompanhado por unanimidade.

Processo 1104792-76.2023.8.26.0100

Martina Colafemina É Repórter Da Revista

Direito autoral não justifica contratação por inexigibilidade



Desafio do gestor público ao fundamentar a contratação direta por inexigibilidade é demonstrar a inviabilidade de competição

Licitações e Contratos Direito autoral e patentes não justificam a contratação por inexigibilidade

é procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCE-RN mestre no programa de Inovação Tecnologia e Direito da Universidade de Edimburgo (Reino Unido) professor e palestrante na área de gestão pública licitações e controle externo.

é doutor em Direito Administrativo mestre em Direito e políticas públicas ex-procurador do estado do Amapá bacharel em administração sócio fundador do escritório Guilherme Carvalho & Advogados Associados e presidente da Associação Brasileira de Direito Administrativo e Econômico (Abradade).

Um dos maiores desafios do gestor público ao fundamentar a contratação direta por inexigibilidade em razão de fornecedor exclusivo (artigo 74, I, da Lei nº 14.133/2021) é demonstrar, correta e claramente, a

inviabilidade de competição. De um lado, é indispensável delimitar a necessidade administrativa, especificando, com justificativas técnicas, o bem ou serviço que efetivamente atende ao interesse público; de outro, cabe comprovar que apenas um fornecedor consegue comercializar e entregar solução que adira integralmente às especificidades definidas.

O § 1º do artigo 74 explicita os meios probatórios para tanto (atestado ou contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo) e reforça a vedação à preferência por marca. Ocorre que, na corrida por "um documento" que encerre a discussão, multiplicam-se erros de instrução: aceita-se, sem a devida verificação, declarações associativas genéricas e cartas-patentes tratadas como salvo-conduto, sem demonstrar a suficiência funcional do objeto pretendido, a inexistência de substitutos e a exclusividade de comercialização no mercado relevante. Invoca-se **propriedade** intelectual como atalho, quando é necessária prova concreta de que não há competição possível para atender à necessidade pública.

Propriedade intelectual: conceitos e limites

Os direitos de **propriedade** intelectual abrangem marcas, direitos autorais (inclusive sobre software) e patentes, cada qual com características e limites específicos. Marcas identificam e distinguem produtos ou serviços, conferindo ao titular o uso exclusivo daquele signo distintivo em seu ramo (Lei nº 9.279/96), mas não impedem concorrentes de oferecer produtos similares com outras marcas, tanto que a própria legislação proíbe preferência meramente baseada em marca em contratações públicas. Direitos autorais protegem obras literárias, artísticas e científicas (Lei 9.610/98), garantindo ao autor o direito exclusivo de reproduzir, distribuir ou licenciar sua criação. No Brasil, programas de computador são equiparados a obras literárias para fins de proteção autoral (Lei nº

Continuação: Direito autoral não justifica contratação por inexigibilidade

9.609/98), o que significa que o software proprietário é resguardado contra cópias não autorizadas. Por fim, as patentes (regidas pela Lei nº 9.279/96) conferem um direito de exclusividade temporário sobre invenções ou aperfeiçoamentos úteis, dividindo-se em patentes de invenção (vigência de 20 anos) e patentes de modelo de utilidade (vigência de 15 anos).

Em todos os casos, tratam-se de direitos de exclusividade, isto é, poderes legais de impedir terceiros de explorar comercialmente aquela criação específica protegida sem autorização. Contudo, são direitos limitados: têm prazo certo de vigência, alcance restrito ao conteúdo protegido e, sobretudo, não eliminam por si sós a existência de produtos concorrentes ou substitutos funcionais no mercado. Em outras palavras, a **propriedade** intelectual garante exclusividade jurídica sobre determinada obra ou invenção, mas não assegura monopólio de mercado além do escopo específico daquela criação.

Direitos autorais (software) vs. exclusividade de fornecimento

No contexto das contratações públicas, direitos autorais - especialmente sobre software - costumam ser invocados para justificar a inexigibilidade de licitação sob o argumento de exclusividade. A lógica apresentada é que, por deter os direitos exclusivos sobre certo programa ou conteúdo, apenas o titular (ou licenciado autorizado) poderia fornecê-lo à administração, inviabilizando a competição. Esse raciocínio, porém, é equivocado quando considerado de forma isolada. Ter o direito autoral exclusivo não significa que não existam alternativas viáveis que atendam à necessidade administrativa.

Por exemplo, um órgão público pode precisar de um software com determinada função, embora o código específico de um programa seja protegido por copyright (direito autoral), nada impede que outro software, desenvolvido independentemente, ofereça funcionalidade equivalente. O direito autoral veda cópias ou distribuições não autorizadas da obra ori-

ginal, mas não impede a criação de soluções concorrentes. Assim, não se pode confundir o "direito de exclusividade" do autor com uma hipotética exclusividade de fornecimento do objeto pretendido. Mesmo quando o órgão deseja aquele software exato (por razões de interoperabilidade, continuidade etc.), é comum haver vários distribuidores ou revendedores autorizados no mercado, o que derruba a alegação de fornecedor único.

Em suma, a proteção autoral por si só não comprova inviabilidade de competição. É preciso verificar, na prática, se apenas um fornecedor no mercado pode satisfazer a demanda. Caso existam outros produtos ou prestadores que entreguem resultado equivalente (ainda que por meio diverso), não há justificativa para contratação direta fundamentada em direito autoral exclusivo.

Spacca

Patentes: invenção vs. modelo de utilidade e a busca de concorrentes

Situação análoga ocorre com as patentes, frequentemente citadas para dispensar a licitação sob alegação de que determinado produto ou tecnologia é "patenteado" e, portanto, exclusivo. Porém, aqui é crucial diferenciar os tipos de patente e avaliar o alcance real da proteção.

Patentes de invenção conferem direito de excluir terceiros de produzir ou comercializar a invenção reivindicada, se o objeto a ser contratado coincide integralmente com uma invenção patenteada em vigor, de fato nenhum concorrente pode legalmente ofertá-lo, sob pena de violação de patente. Nesses casos, desde que não haja outros licenciados autorizados pelo titular, nem substitutos equivalentes fora do escopo da patente, configura-se a exclusividade de fato. Já as patentes de modelo de utilidade protegem aperfeiçoamentos menores em produtos já existentes. Seu âmbito é mais limitado: terceiros podem fornecer o produto básico sem o

Continuação: Direito autoral não justifica contratação por inexigibilidade

aperfeiçoamento patenteado, sem infringir o direito.

O Superior Tribunal de Justiça já esclareceu essa distinção ao negar a inexigibilidade pretendida por um detentor de modelo de utilidade [1]. No caso, um fornecedor alegava ser o único capaz de fornecer capas de caixa d'água por deter uma carta-patente de modelo de utilidade. O STJ rechaçou o pleito, pois a patente versava apenas sobre um melhoramento, não impedindo outros de comercializar capas de modelo comum. Não havia exclusividade sobre o produto em si, apenas sobre o diferencial específico, de modo que a concorrência permanecia viável [2]. Em contrapartida, o tribunal observou que, se fosse uma patente de invenção genuína abrangendo o objeto principal, aí sim ninguém além do titular (ou licenciado) poderia fornecê-lo sem infringir a lei, impondo-se a contratação direta.

Essa compreensão foi reafirmada em hipótese envolvendo medicamento patenteado: o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou irregular contratar por inexigibilidade a empresa detentora da patente se existirem outros fornecedores por ela autorizados, pois isso evidencia a viabilidade de competição no mercado [3]. Em síntese, possuir uma patente não equivale automaticamente a deter exclusividade de fornecimento. Deve-se investigar se a proteção patentária cobre integralmente o objeto necessário e se realmente não há alternativas técnicas ou licenças que viabilizem a concorrência.

Prova da exclusividade: cautela com declarações genéricas

Mesmo quando há um legítimo direito de exclusiva, a Lei nº 14.133/2021 exige prova robusta da inviabilidade de competição (artigo 74, I e §1º). Ocorre que, na prática, muitas instruções ainda se contentam com declarações genéricas de associações setoriais (v.g., Abes) ou certidões de juntas comerciais, sem uma verificação substantiva do mercado. Não basta um papel timbrado afirmando que "X é exclusivo": essas peças não têm valor probatório autônomo para,

por si, fechar o teste de exclusividade. Quando muito, valem como indício a ser confrontado com pesquisa efetiva de alternativas, análise funcional e conferência da exclusividade de comercialização no recorte territorial.

O TCE-SC já enfrentou precisamente o uso de certidões da Abes/entidades congêneres para instruir inexigibilidades em software, assinalando que tais "atestados" não eximem o gestor do dever de verificar a existência de outros fornecedores e produtos similares. Havendo outros fornecedores aptos, há viabilidade de competição e a contratação direta se fragiliza. Em processo envolvendo a Secretaria de Educação, a área técnica registrou que atestados da Assespro/Abes não substituem a análise de mercado e não comprovam por si a exclusividade do objeto; em outro, indicou-se que a menção a "certificado ABES" ou declarações equivalentes não bastava ante indícios de soluções concorrentes [4].

Vale lembrar o conteúdo da Súmula 255 do Tribunal de Contas da União, segundo a qual é dever do gestor público averiguar a veracidade e abrangência das alegações de exclusividade antes de contratar diretamente. Em outras palavras, cabe ao órgão contratante investigar o mercado, buscar outros potenciais fornecedores e confirmar que, de fato, apenas aquele agente dispõe das condições de suprir o objeto.

Conclusão: rigor na análise sob pena de nulidade e responsabilização

A exclusividade capaz de legitimar uma contratação por inexigibilidade não se presume. Ela deve ser comprovada. Direitos de **propriedade** intelectual podem, em certos casos, ser parte da justificativa. Uma patente válida pode indicar monopólio legal daquele invento, ou o titular de software pode ser o único com acesso ao código-fonte. Porém, conforme exposto, nenhum desses direitos, isoladamente, dispensa a Administração do dever de verificar a real inviabilidade de competição. É preciso demonstrar,

Continuação: Direito autoral não justifica contratação por inexigibilidade

com evidências atuais e confiáveis, que não há efetiva alternativa concorrencial para atender à necessidade específica.

Gestores públicos e empresas fornecedoras devem ter cautela redobrada ao fundamentar contratações diretas em supostos exclusivismos. O uso apressado ou indevido desse argumento, sem investigação de mercado, sem delimitar se o objeto é realmente único e sem checar se há outros distribuidores ou equivalentes, pode levar à nulidade do contrato e à responsabilização dos envolvidos.

Em última análise, a regra matriz permanece: a licitação é a via de preferência, e a inexigibilidade, uma exceção de rito estrito. Portanto, **propriedade intelectual** não deve ser usada como atalho para burlar a concorrência, mas sim analisada com rigor técnico e jurídico, assegurando que o interesse público seja atendido sem sacrificar a isonomia e a legalidade no processo de contratação.

[1] STJ, RMS 37.688/MG, rel. min. Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, j. 26/6/2012, DJe 06/08/2012.

[2] Em sentido similar: TCE/MG, Consulta nº 1156677, rel. cons. Licurgo Mourão, j. 10.07.2024.

'O registro de patente sobre uma invenção ou modelo de utilidade, por si só, não é requisito hábil a fundamentar a contratação direta por inviabilidade de competição, motivo pelo qual se faz necessária a demonstração de que o contratado é fornecedor exclusivo do bem ou serviço'

[3] BRASIL. TCU. Acórdão 2950/2020 - Plenário (TC 000.442/2020-8), rel. min. Benjamin Zymler. Tese: 'É irregular a contratação de empresa detentora da patente de determinado medicamento por inexigibilidade de licitação caso haja outras empresas por ela autorizadas à comercialização do produto, pois evidente a viabilidade de competição.'

[4] TCE-SC, Proc. TCE-12/00130100, Relatório DLC-097/2017 (reinstrução plenária, software Urânia): registra que 'o fato de uma associação empresarial informar que determinada empresa é fornecedora exclusiva não isenta a Administração de justificar a necessidade, detalhar o objeto e realizar pesquisa de preços

Guilherme CarvalhoThiago Guterres

TCU quer ouvir empreendedores sobre o processo de registro de marcas no INPI



Por Redação

Microempreendedores individuais (MEI), micro e pequenos empresários que já passaram ou estão passando pelo processo de registro de marca no **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) têm agora a oportunidade de contribuir diretamente para a melhoria desse serviço. O Tribunal de Contas da União (TCU) está conduzindo uma auditoria para identificar os principais desafios enfrentados pelos usuários no atendimento que é 100% online.

A iniciativa inclui o envio de questionários por e-mail e a realização de entrevistas com empreendedores que utilizaram ou estão utilizando o sistema digital de registro de marcas. A participação é voluntária e essencial para tornar o processo mais simples, acessível e eficiente para todos os pequenos negócios brasileiros.

A pesquisa também está disponível nesse link.

Nesta sexta-feira, 24, a Diretoria Executiva do Sebrae recebeu a visita do secretário do TCU, Norberto de Souza Medeiros, acompanhado pelo Sr. Evilásio Magalhães Vieira. O encontro contou com a presença do diretor superintendente Jorge Khoury, do diretor Técnico Franklin Santos, do diretor de Administração e Finanças Vítor Lopes, além dos gerentes Leonardo Barbosa (Jurídico) e Henrique White (Integridade Corporativa).

abpi.empauta.com

Norberto destacou a parceria histórica entre o Tribunal e o Sebrae, além da afinidade nos objetivos das instituições para com a sociedade. "A missão do Tribunal de Contas da União, especialmente agora na gestão do ministro Vital do Rêgo, está centrada no cidadão. Os outros programas continuam sendo auditados, porém o foco principal é o cidadão. E o Sebrae, por sua missão de dar apoio ao micro e pequeno empresariado, também tem este foco prioritário na cidadania e aí temos uma conjunção de objetivos e de forças que será interessante para todos", definiu.

O superintendente Jorge Khoury reforçou o apoio do Sebrae no convite ao empresariado para contribuir no processo de escuta ativa que o TCU está liderando. "Eu sempre reforço que tudo o que é feito em parceria alcança mais públicos e consegue melhores resultados. Por isso, endossamos o convite feito pelo TCU para que nossos empreendedores da Bahia participem deste processo colaborativo que o Tribunal, com muita assertividade, construiu, voltado a uma atividade essencial para quem empreende que é o registro de marca", avaliou o diretor.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 6

Inovação
3

Marco regulatório | INPI
4, 5, 10

Propriedade Industrial
5, 10